

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	2.023.000	1.990.016
1.01	Ativo Circulante	901.010	871.670
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	451.568	421.891
1.01.03	Contas a Receber	55.960	53.623
1.01.03.01	Clientes	42.445	41.229
1.01.03.01.01	Revendedores	42.445	41.229
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.515	12.394
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro Indenizável	13.515	12.394
1.01.04	Estoques	1.835	1.842
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	808
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	808
1.01.07	Despesas Antecipadas	669	3.919
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	390.978	389.587
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	238.228	238.228
1.01.08.03	Outros	152.750	151.359
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	5.381	256
1.01.08.03.02	Outros Créditos	4.223	2.231
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Sabesp	8.855	8.323
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	133.679	139.937
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	612	612
1.02	Ativo Não Circulante	1.121.990	1.118.346
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	732.907	730.766
1.02.01.07	Tributos Diferidos	54.644	18.687
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.644	18.687
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	678.263	712.079
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	48.787	45.023
1.02.01.10.04	Arrendamento UTE Piratininga	62.477	127.936
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável	279.870	257.496
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Sabesp	91.755	86.250
1.02.02	Investimentos	294.011	293.186
1.02.03	Imobilizado	79.983	80.575
1.02.04	Intangível	15.089	13.819
1.02.04.01	Intangíveis	15.089	13.819

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	2.023.000	1.990.016
2.01	Passivo Circulante	126.824	106.080
2.01.02	Fornecedores	12.089	9.633
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.089	9.633
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.812	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.812	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.812	0
2.01.05	Outras Obrigações	109.923	96.447
2.01.05.02	Outros	109.923	96.447
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.065	10.532
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	15.452	20.283
2.01.05.02.05	Obrigações Setoriais	1.345	899
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	175	180
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego, previdência complementar	56.372	37.457
2.01.05.02.08	Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801
2.01.05.02.09	Tributos e Contribuições Sociais	7.076	7.182
2.01.05.02.10	Outras obrigações - Investimentos na concessão	13.724	12.394
2.01.05.02.11	Outras obrigações - COMGÁS	626	626
2.01.05.02.12	Outros passivos	6.287	5.093
2.02	Passivo Não Circulante	778.222	759.754
2.02.02	Outras Obrigações	651.674	639.221
2.02.02.02	Outros	651.674	639.221
2.02.02.02.03	Obrigações Setoriais	769	769
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego, previdência complementar	235.928	262.035
2.02.02.02.05	Obrigações Especiais - RGR	4.499	5.399
2.02.02.02.06	Outras obrigações - Investimentos na concessão	398.940	359.167
2.02.02.02.07	Outras obrigações - COMGÁS	11.538	11.851
2.02.04	Provisões	126.548	120.533
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	120.081	114.569
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.429	5.822
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.771	63.158
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	48.881	45.589
2.02.04.02	Outras Provisões	6.467	5.964
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.368	5.954
2.02.04.02.04	Outras Provisões	99	10
2.03	Patrimônio Líquido	1.117.954	1.124.182
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	315.491	360.131
2.03.04.01	Reserva Legal	41.781	41.781
2.03.04.02	Reserva Estatutária	144.076	144.076
2.03.04.03	Reserva para Contingências	101.391	101.391
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	28.243	28.243

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	44.640
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	38.412	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	91.510	91.510

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	128.269	254.715	103.844	225.594
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-105.257	-213.141	-88.142	-194.747
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-105.257	-213.141	-88.142	-194.747
3.03	Resultado Bruto	23.012	41.574	15.702	30.847
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.556	-30.092	-13.330	-32.776
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.361	-43.648	-19.449	-43.837
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	200	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-551	0	-242	-842
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.356	13.356	6.361	11.903
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.456	11.482	2.372	-1.929
3.06	Resultado Financeiro	12.148	35.966	27.990	68.524
3.06.01	Receitas Financeiras	16.102	36.837	28.188	69.091
3.06.01.01	Receitas Financeiras	16.102	32.130	12.454	23.764
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	0	4.707	15.734	45.327
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.954	-871	-198	-567
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-137	-871	-198	-567
3.06.02.02	Variações Monetárias Líquidas	-3.817	0	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.604	47.448	30.362	66.595
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.244	9.282	-736	-11.187
3.08.01	Corrente	-17.037	-26.675	-25.533	-32.215
3.08.02	Diferido	32.281	35.957	24.797	21.028
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.848	56.730	29.626	55.408
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	37.848	56.730	29.626	55.408
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,96623	1,44827	0,75632	1,41451
3.99.01.02	PN	1,06285	1,5931	0,83195	1,55596

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	37.848	56.730	29.626	55.408
4.03	Resultado Abrangente do Período	37.848	56.730	29.626	55.408

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.307	27.534
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	102.063	70.816
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	56.730	55.408
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-13.356	-11.903
6.01.01.03	Depreciação/amortização	1.288	782
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	20.572	28.445
6.01.01.05	Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários	12.430	7.353
6.01.01.06	Tributos diretos	-14.585	2.906
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-2.446	-46.908
6.01.01.09	Atualização depósitos vinculados	-1.879	2.216
6.01.01.11	Juros e variações monetárias acordo Sabesp	-6.037	-8.380
6.01.01.12	Provisão - Investimentos na Concessão	47.182	49.346
6.01.01.13	Apropriação Comgás	-313	-255
6.01.01.14	Ganho alienação de bens e direitos	-773	-41
6.01.01.15	Despesas antecipadas	3.250	-8.153
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-41.914	-33.501
6.01.02.01	Revendedores	-1.216	-1.168
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	-1.032	383
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.620	6.105
6.01.02.05	Estoques	7	-3
6.01.02.07	Cauções e depósitos vinculados	-1.885	-11.769
6.01.02.09	Outros créditos	-2.006	-2.561
6.01.02.10	Fornecedores	2.456	3.994
6.01.02.11	Folhas de Pagamento	-249	-1.498
6.01.02.12	Obrigações estimadas - folha de pagamento	-4.582	-4.822
6.01.02.13	Contribuições para plano de previdência	-27.764	-19.354
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-5.585	-2.268
6.01.02.15	Obrigações Comgás	0	660
6.01.02.16	Obrigações setoriais	446	672
6.01.02.17	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-6.415	-3.666
6.01.02.18	Encargos de uso da rede elétrica	-5	15
6.01.02.19	Obrigações especiais - RGR	-900	-901
6.01.02.20	Outros	1.196	2.680
6.01.03	Outros	-8.842	-9.781
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-21.372	-23.936
6.01.03.03	Dividendos recebidos	12.530	14.155
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	39.316	63.969
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-30	-482
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-33.667	-9.557
6.02.03	Recebimento de arrendamento financeiro	74.163	75.805
6.02.04	Aquisições de Intangíveis	-1.936	-1.838
6.02.06	Indenização Santana de Parnaíba	23	41
6.02.07	Recebimento da venda de ativo imobilizado	763	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-60.946	-33.118
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprios e dividendos pagos	-60.946	-29.563

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.03.02	Pagamento óleo combustível	0	-3.555
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.677	58.385
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	421.891	299.308
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	451.568	357.693

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-44.640	-18.318	0	-62.958
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.318	0	-18.318
5.04.08	Aprovação de dividendo adicional proposto	0	0	-44.640	0	0	-44.640
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.730	0	56.730
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.730	0	56.730
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	315.491	38.412	91.510	1.117.954

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	390.642	294.061	0	-259.534	710.580
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	390.642	294.061	0	-259.534	710.580
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.860	-19.974	0	-24.834
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-19.974	0	-19.974
5.04.08	Aprovação de dividendo adicional proposto	0	0	-4.860	0	0	-4.860
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.408	0	55.408
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.408	0	55.408
5.07	Saldos Finais	285.411	390.642	289.201	35.434	-259.534	741.154

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	290.504	257.629
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	262.060	229.954
7.01.02	Outras Receitas	200	-842
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	28.244	28.517
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-159.521	-150.190
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-159.521	-150.190
7.03	Valor Adicionado Bruto	130.983	107.439
7.04	Retenções	-1.288	-781
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.288	-781
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	129.695	106.658
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	59.475	80.994
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.356	11.903
7.06.02	Receitas Financeiras	32.130	23.764
7.06.03	Outros	13.989	45.327
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	4.707	45.327
7.06.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	9.282	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	189.170	187.652
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	189.170	187.652
7.08.01	Pessoal	73.170	70.040
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.018	39.168
7.08.01.02	Benefícios	20.572	28.445
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.580	2.427
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.002	58.693
7.08.02.01	Federais	48.352	53.462
7.08.02.03	Municipais	6.650	5.231
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.268	3.511
7.08.03.01	Juros	871	567
7.08.03.02	Aluguéis	3.397	2.944
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.730	55.408
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56.730	55.408

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	2.023.994	1.990.685
1.01	Ativo Circulante	922.778	890.441
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	468.834	436.741
1.01.03	Contas a Receber	60.562	58.567
1.01.03.01	Clientes	47.047	46.173
1.01.03.01.01	Revendedores	47.047	46.173
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.515	12.394
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro Indenizável	13.515	12.394
1.01.04	Estoques	1.835	1.842
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	415
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	415
1.01.07	Despesas Antecipadas	937	3.919
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	390.610	388.957
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	238.228	238.228
1.01.08.03	Outros	152.382	150.729
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	5.381	256
1.01.08.03.02	Outros Créditos	3.855	1.601
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Sabesp	8.855	8.323
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	133.679	139.937
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	612	612
1.02	Ativo Não Circulante	1.101.216	1.100.244
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	732.907	730.766
1.02.01.07	Tributos Diferidos	54.644	18.687
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.644	18.687
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	678.263	712.079
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	48.787	45.023
1.02.01.10.04	Arrendamento UTE Piratininga	62.477	127.936
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável	279.870	257.496
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Sabesp	91.755	86.250
1.02.02	Investimentos	130.762	130.762
1.02.03	Imobilizado	222.386	224.786
1.02.04	Intangível	15.161	13.930
1.02.04.01	Intangíveis	15.161	13.930

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	2.023.994	1.990.685
2.01	Passivo Circulante	127.818	106.749
2.01.02	Fornecedores	12.604	10.124
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.604	10.124
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.144	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.144	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.144	0
2.01.05	Outras Obrigações	110.070	96.625
2.01.05.02	Outros	110.070	96.625
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.065	10.532
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	15.452	20.283
2.01.05.02.05	Obrigações setoriais	1.353	906
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	175	180
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego, previdência complementar	56.372	37.457
2.01.05.02.08	Outras obrigações - Investimentos na concessão	13.724	12.394
2.01.05.02.09	Tributos e Contribuições Sociais	7.215	7.353
2.01.05.02.10	Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801
2.01.05.02.11	Outras obrigações - Comgás	626	626
2.01.05.02.12	Outros Passivos	6.287	5.093
2.02	Passivo Não Circulante	778.222	759.754
2.02.02	Outras Obrigações	651.674	639.221
2.02.02.02	Outros	651.674	639.221
2.02.02.02.03	Obrigações setoriais	769	769
2.02.02.02.04	Outras obrigações - Investimentos na concessão	398.940	359.167
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego, previdência complementar	235.928	262.035
2.02.02.02.06	Obrigações Especiais - RGR	4.499	5.399
2.02.02.02.07	Outras obrigações - Comgás	11.538	11.851
2.02.04	Provisões	126.548	120.533
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	120.081	114.569
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.429	5.822
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.771	63.158
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	48.881	45.589
2.02.04.02	Outras Provisões	6.467	5.964
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.368	5.954
2.02.04.02.04	Outras Provisões	99	10
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.117.954	1.124.182
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	315.491	360.131
2.03.04.01	Reserva Legal	41.781	41.781
2.03.04.02	Reserva Estatutária	144.076	144.076
2.03.04.03	Reserva para Contingências	101.391	101.391
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	28.243	28.243

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	44.640
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	38.412	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	91.510	91.510

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	138.754	276.306	113.652	245.426
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-109.534	-221.488	-91.674	-202.651
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-109.534	-221.488	-91.674	-202.651
3.03	Resultado Bruto	29.220	54.818	21.978	42.775
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.939	-43.499	-19.713	-44.722
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.388	-43.699	-19.471	-43.880
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	200	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-551	0	-242	-842
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.281	11.319	2.265	-1.947
3.06	Resultado Financeiro	12.912	37.280	28.618	69.494
3.06.01	Receitas Financeiras	16.866	38.228	28.817	70.062
3.06.01.01	Receitas Financeiras	16.866	33.521	13.083	24.735
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	0	4.707	15.734	45.327
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.954	-948	-199	-568
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-137	-948	-199	-568
3.06.02.02	Variações Monetárias Líquidas	-3.817	0	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.193	48.599	30.883	67.547
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	14.655	8.131	-1.257	-12.139
3.08.01	Corrente	-17.626	-27.826	-26.054	-33.167
3.08.02	Diferido	32.281	35.957	24.797	21.028
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.848	56.730	29.626	55.408
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	37.848	56.730	29.626	55.408
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.848	56.730	29.626	55.408
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,96623	1,44827	0,75632	1,41451
3.99.01.02	PN	1,06285	1,5931	0,83195	1,55596

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	37.848	56.730	29.626	55.408
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	37.848	56.730	29.626	55.408
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.848	56.730	29.626	55.408

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	54.128	27.695
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	118.404	85.839
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	56.730	55.408
6.01.01.02	Depreciação/amortização	3.540	2.909
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	20.572	28.445
6.01.01.04	Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários	12.430	7.353
6.01.01.05	Tributos diretos	-13.584	3.700
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-2.446	-46.908
6.01.01.09	Atualização depósitos vinculados	-1.879	2.216
6.01.01.11	Juros e variações monetárias acordo Sabesp	-6.037	-8.380
6.01.01.12	Provisão - Investimentos na Concessão	47.182	49.346
6.01.01.13	Apropriação Comgás	-313	-255
6.01.01.14	Ganho alienação de bens e direitos	-750	0
6.01.01.15	Despesas antecipadas	2.982	-7.954
6.01.01.16	Indenizações/ Desapropriações	-23	-41
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-41.903	-33.414
6.01.02.01	Revendedores	-874	-1.155
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	-1.032	383
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.559	6.073
6.01.02.05	Estoques	7	-3
6.01.02.07	Cauções de depósitos vinculados	-1.885	-11.769
6.01.02.09	Outros créditos	-2.269	-2.651
6.01.02.10	Fornecedores	2.480	4.178
6.01.02.11	Folha de pagamento	-249	-1.498
6.01.02.12	Obrigações estimadas - folha de pagamento	-4.582	-4.822
6.01.02.13	Contribuições para plano de previdência	-27.764	-19.354
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-5.617	-2.256
6.01.02.16	Obrigações setoriais	447	672
6.01.02.17	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-6.415	-3.666
6.01.02.18	Encargos de uso da rede elétrica	-5	15
6.01.02.19	Obrigações especiais - RGR	-900	-901
6.01.02.20	Outros	1.196	3.340
6.01.03	Outros	-22.373	-24.730
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-22.373	-24.730
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	38.911	63.828
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-435	-623
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-33.667	-9.557
6.02.03	Aquisição de intangível	-1.936	-1.838
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	74.163	75.805
6.02.05	Indenização - Santana de Parnaíba	23	41
6.02.06	Recebimento da venda de ativo imobilizado	763	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-60.946	-33.118
6.03.02	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-60.946	-29.563
6.03.03	Pagamento óleo combustível	0	-3.555
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	32.093	58.405

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	436.741	311.072
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	468.834	369.477

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182	0	1.124.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182	0	1.124.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-44.640	-18.318	0	-62.958	0	-62.958
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.318	0	-18.318	0	-18.318
5.04.08	Aprovação de dividendo adicional proposto	0	0	-44.640	0	0	-44.640	0	-44.640
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.730	0	56.730	0	56.730
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.730	0	56.730	0	56.730
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	315.491	38.412	91.510	1.117.954	0	1.117.954

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	390.642	294.061	0	-259.534	710.580	0	710.580
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	390.642	294.061	0	-259.534	710.580	0	710.580
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.860	-19.974	0	-24.834	0	-24.834
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-19.974	0	-19.974	0	-19.974
5.04.08	Aprovação dividendo adicional proposto	0	0	-4.860	0	0	-4.860	0	-4.860
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.408	0	55.408	0	55.408
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.408	0	55.408	0	55.408
5.07	Saldos Finais	285.411	390.642	289.201	35.434	-259.534	741.154	0	741.154

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/06/2022
7.01	Receitas	313.318	278.352
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	284.469	250.537
7.01.02	Outras Receitas	200	-842
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	28.649	28.657
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-163.654	-154.309
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-163.654	-154.309
7.03	Valor Adicionado Bruto	149.664	124.043
7.04	Retenções	-3.540	-2.909
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.540	-2.909
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	146.124	121.134
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.359	70.062
7.06.02	Receitas Financeiras	33.521	24.735
7.06.03	Outros	12.838	45.327
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	4.707	45.327
7.06.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	8.131	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	192.483	191.196
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	192.483	191.196
7.08.01	Pessoal	75.129	71.528
7.08.01.01	Remuneração Direta	51.860	40.567
7.08.01.02	Benefícios	20.572	28.445
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.697	2.516
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	56.275	60.749
7.08.02.01	Federais	49.625	55.518
7.08.02.03	Municipais	6.650	5.231
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.349	3.511
7.08.03.01	Juros	948	568
7.08.03.02	Aluguéis	3.401	2.943
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.730	55.408
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56.730	55.408

Comentário do Desempenho

Comentários sobre o Desempenho Consolidado da EMAE do período findo em 30 de junho de 2023

Desempenho Consolidado da EMAE

	1º Sem/23	1º Sem/22	Δ%
OPERACIONAIS			
Potência instalada (MW)	960,8	960,8	-
Energia gerada (MWh)	836.664	476.323	75,7
ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$ milhões)			
Receita operacional líquida	276,3	245,4	12,6
Custos dos serviços de energia elétrica	221,5	202,7	9,3
Despesas gerais e administrativas	43,7	43,9	-0,4
Resultado financeiro	37,3	69,5	-46,4,
Lucro líquido do exercício	56,7	55,4	2,4
EBITDA	14,9	1,0	1444,6
Margem EBITDA	5,4%	0,4%	5,0p.p.
Lucro por ação (R\$)	1,54	1,50	2,7
SOCIAIS			
Número de empregados	426	416	2,4
Receita líquida por empregado (R\$ milhões)	0,65	0,31	109,7

Receita Operacional Líquida

No primeiro semestre de 2023 a receita líquida atingiu R\$ 276,3 milhões, 12,6% maior que os R\$ 245,4 milhões contabilizados em 2022. Contribuiu para a alta o acréscimo de R\$ 31,2 milhões na RAG em razão do reajuste tarifário ciclo 22/23 somado ao incremento de 75,7% na energia gerada em 2023, totalizando no período 836.664 MWh, ante os 476.323 MWh gerados 2022. No período a Companhia ainda apresentou aumento de R\$ 1,8 milhão na receita de suprimento de energia e R\$ 0,7 e R\$ 0,2 milhão, respectivamente nas receitas de prestação de serviço e aluguéis. No trimestre a receita líquida manteve a mesma trajetória do acumulado com acréscimo de R\$ 25,1 milhões em relação a 2022.

Os principais acréscimos foram de R\$ 14,6 milhões na RAG seguido por R\$ 10,7 milhões nas receitas relativas à construção de ativos da concessão e R\$ 0,7 milhão na receita de suprimento de energia.

Comentário do Desempenho

Custos dos serviços de energia elétrica

Os custos dos serviços de energia elétrica no semestre foram de R\$ 221,5 milhões, acréscimo de 9,3% em relação aos R\$ 202,7 milhões de 2022. As principais variações foram: aumento de R\$ 14,5 milhões nos custos de pessoal por conta da majoração de R\$ 3,5 milhões em gastos com assistência médico-hospitalar e R\$ 6,8 milhões em folha de pagamento, encargos e estimadas; R\$ 7,2 milhões relativos a encargos setoriais como CUSD, CUST e CFURH; R\$ 5,1 milhões em provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários; e R\$ 3,0 milhões em seguros. Em sentido oposto tivemos a redução de R\$ 7,9 milhões nos gastos com benefícios pós-emprego relacionados ao plano de previdência complementar administrado pela Vivest em razão da redução do déficit apurado em 2022; e queda de 2,6 milhões em custos com serviços de terceiros. No trimestre, as principais variações foram; alta de R\$ 10,7 milhões nos custos relativos à construção de ativos da concessão; aumento de R\$ 5,4 milhões em custos de pessoal; acréscimo de R\$ 2,3 milhões em encargos setoriais; alta de R\$ 1,2 milhão com seguros; redução de R\$ 3,9 milhões nos gastos com benefícios pós-emprego; e queda R\$ 3,4 milhões nos custos com serviços de terceiros.

Despesas gerais e administrativas

Quanto às despesas gerais e administrativas o valor apurado no semestre foi de R\$ 43,7 milhões, queda de apenas R\$ 0,2 milhão em comparação a 2022. No trimestre a Companhia registrou R\$ 18,4 milhões, redução de 6% em comparação aos R\$ 19,5 milhões reconhecidos em 2022.

Outras receitas e despesas

Em 2023 a rubrica outras receitas e despesas apresentou no semestre resultado positivo da ordem de R\$ 0,2 milhão. O valor origina-se do ganho de R\$ 0,8 milhão decorrente da alienação dos equipamentos desmobilizados da antiga Estação de Transformação de Usina - ETU Traição, desvinculada no final de 2021, deduzido dos gastos de R\$ 0,6 milhão com patrocínios e doações.

Ebitda

Diante dos números apresentados, a EMAE apurou no semestre *EBITDA* positivo de R\$ 14,9 milhões e margem de 5,4%. O resultado demonstra melhora significativa em comparação ao mesmo período do exercício anterior que apresentou *EBITDA* de R\$1,0 milhão e margem de 0,4%. No trimestre, o *EBITDA* foi de R\$ 12,1 milhões com margem de 8,7% (R\$ 3,7 milhões e margem de 3,3% em 2022).

Resultado financeiro

Em 2023 destaca-se a rentabilidade das aplicações financeiras que no semestre proporcionou receita de R\$ 28,5 milhões, R\$ 11,2 milhões a mais que 2022.

O acréscimo é justificado pela variação positiva da taxa SELIC, de 13,25% em junho de 2022, para 13,75% e pela maior disponibilidade de recursos financeiros em poder da Companhia. Mesmo com o resultado favorável das aplicações, no período, o resultado financeiro ficou 53,6% menor que 2022 por conta da redução da variação do IGPM que corrige o contrato de arrendamento da Usina Termoelétrica Piratininga que no 1º semestre de 2022 registrou 8,17%, ante os -4,46% obtidos em 2023. No trimestre, os resultados foram no mesmo sentido dos apresentados no acumulado dos seis primeiros meses de 2023: aumento de R\$ 4,8 milhões na rentabilidade das aplicações financeiras e redução de R\$ 19,6 milhões nas variações monetárias em razão do IGPM negativo, de -4,65%, apurado no período.

Comentário do Desempenho

Imposto de Renda e Contribuição Social

No semestre, o resultado antes dos impostos foi de R\$ 48,6 milhões, redução de 28,1% em relação aos R\$ 67,5 milhões de 2022. Entretanto, devido ao impacto tributário decorrente do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP de R\$ 59,5 milhões declarados em 2023 (R\$ 41,2 milhões referentes ao resultado de 2022 e R\$ 18,3 milhões atribuídos ao resultado do 1º trimestre de 2023), somado ao resultado de equivalência patrimonial de R\$ 13,4 milhões auferidos por sua controlada, a Companhia encerrou o semestre com crédito de R\$ 8,1 milhões de IR e CSLL, ante a despesa de R\$ 12,1 milhões contabilizados no mesmo período em 2022. No 2º trimestre de 2023 o crédito apurado foi de R\$ 14,7 milhões em contrapartida à despesa de R\$ 1,3 milhão contabilizada em 2022.

Lucro líquido

O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 56,7 milhões, aumento de 2,4% em relação aos R\$ 55,4 milhões apurados em 2022. No trimestre a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 37,8 milhões, 27,8% superior aos R\$ 29,6 milhões auferidos em 2022.

Ponto relevante:

- Aumento na geração de caixa operacional de R\$ 27,7 milhões para R\$ 50,1 milhões (80,7%).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Fazenda do Estado de São Paulo, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia. Em relação às ações preferenciais, merece destaque a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A que em 30 de junho de 2023 detém 64,82% das ações PN.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas

A EMAE opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende as estruturas do canal Pinheiros, os reservatórios e respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, na Região Metropolitana de São Paulo e a usina hidrelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e as usinas hidrelétricas - UHEs Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMAE celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência dessas usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo cada usina remunerada por Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação,

Notas Explicativas

manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Na revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão de cada usina.

Além disso, para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.

Em 12 de julho de 2022 foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.068, que homologou as Receitas Anuais de Geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2022-2023 nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência de 1º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023 (Nota 28 c).

PCH Pirapora

A Pirapora Energia S.A., uma subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico criada para construir e operar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pirapora. Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24 de junho de 2008, alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972, de 14 de dezembro de 2021, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2044. A PCH possui duas unidades geradoras que totalizam 25 MW de potência instalada, com 17 MW de garantia física.

Em 2010, a empresa comercializou 16 MW no leilão ANEEL nº 03/2010, resultando em Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) com 27 distribuidoras. O período de suprimento iniciou em 01 de janeiro de 2015 e terminará em 31 de dezembro de 2044, e o valor de venda é atualizado pela variação do IPCA na data base de reajuste de cada distribuidora.

De acordo com a autorização, ao final do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União mediante indenização ou a autorizada poderá ser obrigada a restabelecer, por conta própria, o livre escoamento das águas.

Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga ("UTE Piratininga") em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") que a opera em conjunto com a usina Fernando Gasparian, construída pela Petrobras em área da EMAE, aumentando a eficiência de ambas. O contrato tem prazo de 17 anos e, na ocasião, foi firmado também um contrato de serviços de operação e manutenção da usina Piratininga pela EMAE.

A usina arrendada possui quatro unidades geradoras sendo que apenas duas estão em atividade, integradas à operação em ciclo combinado, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desde 7 de agosto de 2017.

Expansão de Geração de Energia Elétrica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de

Notas Explicativas

energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

a. Hidrelétrica

O contrato de concessão da UHE Edgard de Souza expirou em 2018, e a Portaria n° 313, de 30 de junho de 2018, dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão dessa UHE, permitindo que a EMAE tenha livre disponibilização dos mesmos.

Considerando o Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, a EMAE iniciou tratativas com o Poder Concedente e registrou seu interesse no aproveitamento hidroenergético Edgard Souza, o que foi homologado em abril de 2019.

Em novembro de 2022, a companhia obteve o DRS, Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo, considerando potência a ser instalada de 18MW o que permite a busca do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos para o projeto de motorização da estrutura.

b. Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMAE estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 160 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

A potencial receita dessa iniciativa se dará por meio de participação da EMAE em futuras SPEs que explorarão comercialmente centrais flutuantes de geração de energia elétrica que serão conectadas à rede de distribuição de energia na modalidade de geração distribuída.

Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará, para a EMAE, aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros. Os parceiros serão responsáveis pelo CAPEX e pela operação dos futuros empreendimentos.

c. Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP” com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMAE firmou parceria, através da Chamada Pública 01/2015, com o Consórcio GASEN que foi sucedido, em 2022, pela empresa EDGE S.A..

Notas Explicativas

Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário

a. Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

A EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

O período de recebimento da parcela referente à outorga fixa está previsto de jan/2024 a dez/2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dez/2022 a nov/2025), 6% (de dez/2025 a nov/2028), 8% (de dez/2028 até o fim do contrato).

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 27 de julho de 2023. Em seguida foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterá-las.

2.2 Moeda Funcional e Base de Apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 6 - Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 - Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 10 - Apuração do ativo financeiro indenizável;
- Nota 11 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 12 - Investimentos
- Nota 13 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment
- Nota 15 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar;
- Nota 16.1 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 18 - Outras Obrigações - Investimentos na concessão;
- Nota 27 - Instrumentos financeiros.

2.4 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do plano de previdência complementar reconhecido a valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido; e propriedades para investimento reconhecidas a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes a partir das Demonstrações Financeiras de 2022.

2.5 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da

Notas Explicativas

controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.7 Informações por Segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

2.8 Alteração na prática contábil

A partir de 30 de setembro de 2022 a Companhia passou a reconhecer seus ativos classificados no subgrupo Propriedades para Investimento ao seu valor justo. Tal prática é permitida e incentivada conforme descrito no item 32 do CPC 28 - Propriedades para investimento.

2.9 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas ITR estão consistentes com as apresentadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, estas informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, divulgadas em 22 de março de 2023.

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.23	31.12.22	30.06.23	31.12.22
Caixa e bancos conta movimento.....	83	145	83	145
Aplicações financeiras (a).....	451.485	421.746	468.751	436.596
	451.568	421.891	468.834	436.741

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades em fundos de renda fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizaram 6,48% e 6,23%, no primeiro semestre de 2023 e 2022, respectivamente.

4. REVENDEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.23	31.12.22	30.06.23	31.12.22
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	42.445	41.229	47.047	46.173

O saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vencidos e portanto a Companhia entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

5. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

5.1 Histórico

No dia 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram acordo chamado de Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), com duração de dezessete anos. O acordo envolveu a transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e a remuneração global de R\$ 765 milhões, base janeiro de 2007, pagos em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M a partir do segundo ano.

Notas Explicativas

Em 21 de maio de 2008 a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do contrato para sua subsidiária integral, a Baixada Santista S.A. - BSE que, em 5 de julho de 2012, solicitou a renovação da concessão junto à ANEEL. Esse pedido de renovação foi ratificado em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783/2013. Embora o prazo contratual da concessão tenha expirado em 7 de julho de 2015, o Poder Concedente ainda não se manifestou formalmente sobre o pedido de renovação até a data de liberação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

A BSE assumiu a obrigação de devolver os bens arrendados ao final da vigência do contrato, "no estado de uso e conservação em que os recebeu consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato". A Companhia terá direito a indenização caso a arrendatária não reestabeleça as condições dos bens arrendados.

Na hipótese da ANEEL não emitir um novo ato autorizativo, o contrato prevê um prazo de 60 dias para liquidação das obrigações pendentes e a devolução dos bens arrendados.

5.2 Contabilização

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada, de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.06.23
	Saldo 31.12.22	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	139.937	64.234	3.671	(74.163)	133.679
Não Circulante.....	127.936	(64.234)	(1.225)	-	62.477
	267.873	-	2.446	(74.163)	196.156

Notas Explicativas

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.23	31.12.22
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(5.710)	(9.381)
Variação monetária.....	736.942	738.167
Recebimentos.....	(1.300.076)	(1.225.913)
	196.156	267.873

(a) Referem-se aos juros ainda não realizados do contrato de arrendamento, inerentes aos recebimentos das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante

2024 62.477

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.23	31.12.22	30.06.23	31.12.22
Circulante				
Serviços em curso (a).....	473	-	473	-
Valores a receber - Energia Livre (b).....	4.171	4.144	4.171	4.144
Funcionários cedidos (c).....	1.404	1.404	1.404	1.404
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa (d).....	(6.925)	(6.925)	(6.925)	(6.925)
Adiantamento a colaboradores.....	2.865	-	2.865	-
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos.....	417	651	-	-
Petrobrás - Operação.....	-	805	-	805
Aluguéis /Locação.....	251	217	251	217
Eduardo Yassuda O&M.....	413	768	413	768
Multas contratuais (e).....	625	626	625	626
Convênio SEEM - atual SIMA (Nota 21.3).....	529	529	529	529
I - Rec (f).....	-	-	34	21
Sucata (g).....	-	12	-	12
Garantia CCEE.....	-	-	15	-
	4.223	2.231	3.855	1.601

a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei n° 9.991, de 24 de julho de 2000;

b) Devido ao mandado de segurança n° 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE;

Notas Explicativas

- c) Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se provisionados na rubrica “Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa”;
- d) O saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2023 correspondente a R\$ 6.925, sendo composto por: R\$ 1.404, funcionários cedidos; R\$ 4.144, RTE; R\$ 624, multas contratuais; R\$ 183, Operação & Manutenção Eduardo Yassuda; R\$ 529, Convênio SEEM; e R\$ 41 referente a locações e aluguéis;
- e) Referem-se a valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros;
- f) Refere-se ao direito pela venda de certificados Internacionais de Energia Renovável - I - REC
- g) Referem-se a bens desmobilizados da ETU- Estação de Transformação de - Usina São Paulo registrados a valor contábil e vendidos por meio de processo licitatório no 1º trimestre 2023.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

7.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

No trimestre

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	22.604	30.362	23.193	30.883	22.604	30.362	23.193	30.883
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(5.651)	(7.591)	(5.798)	(7.721)	(2.034)	(2.733)	(2.087)	(2.779)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	1.589	1.591	-	-	572	572	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	14.872	-	14.872	-	5.354	-	5.354	-
Incentivos fiscais.....	795	554	795	554	-	-	-	-
Outros.....	(184)	5.054	(184)	5.053	(69)	1.818	(69)	1.817
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	1.333	1.367	-	-	439	452
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	11.421	(393)	11.018	(747)	3.823	(343)	3.637	(510)
Corrente.....	(12.315)	(18.626)	(12.718)	(18.980)	(4.722)	(6.907)	(4.908)	(7.074)
Diferido.....	23.736	18.233	23.736	18.233	8.545	6.564	8.545	6.564
Alíquota efetiva.....	(51%)	1%	(48%)	2%	(17%)	1%	(16%)	2%

No acumulado

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	47.448	66.595	48.599	67.547	47.448	66.595	48.599	67.547
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(11.862)	(16.649)	(12.150)	(16.887)	(4.270)	(5.994)	(4.374)	(6.079)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	3.339	2.976	-	-	1.202	1.071	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	14.872	4.994	14.872	4.994	5.354	1.798	5.354	1.798
Incentivos fiscais.....	968	799	968	799	-	-	-	-
Outros.....	(232)	(131)	(232)	(131)	(89)	(51)	(89)	(51)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	2.843	2.572	-	-	939	846
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	7.085	(8.011)	6.301	(8.653)	2.197	(3.176)	1.830	(3.486)
Corrente.....	(19.354)	(23.473)	(20.138)	(24.115)	(7.321)	(8.742)	(7.688)	(9.052)
Diferido.....	26.439	15.462	26.439	15.462	9.518	5.566	9.518	5.566
Alíquota efetiva.....	(15%)	12%	(13%)	13%	(5%)	5%	(4%)	5%

Notas Explicativas

7.2 Composição dos impostos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	30.06.23	31.12.22	30.06.23	31.12.22
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	136.534	125.952	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	36.540	53.906
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	25.152	23.643
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	57.579	57.579	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	92.241	92.241
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	49.152	45.342	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	13.154	19.406
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	9.055	8.511
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	20.728	20.728	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	33.207	33.207
	263.993	249.601	209.349	230.914
Compensação entre Ativos e Passivos (f).....	(209.349)	(230.914)	(209.349)	(230.914)
	54.644	18.687	-	-

- a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente indedutíveis onde se destacam: provisão para investimentos na Concessão; contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- b) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 5);
- c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo Financeiro Sabesp (Nota 21.1);
- d) Trata-se de ativo fiscal diferido constituído sobre o plano previdenciário de benefício definido (Nota 15); e
- e) Refere-se à ao reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre ajuste a valor justo de elementos do ativo;
- f) Refere-se à compensação entre ativos e passivos diferidos. Os ativos diferidos são revisados a cada encerramento do exercício e podem ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

Notas Explicativas

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	30.06.23	31.12.22
Circulante		
Depósitos vinculados (a).....	612	612
	612	612
Não circulante		
Depósitos judiciais (b).....	48.787	45.023
	48.787	45.023
	49.399	45.635

- a) O principal valor corresponde à caução contratual pago à ANEEL, em outubro de 2018 e abril de 2019, vinculado à Usina Edgard de Souza.
- b) Trata-se de depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis, trabalhistas e tributários da Companhia. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo. O depósito de maior relevância, R\$ 20.608 refere-se à ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela de urgência para suspensão da exigibilidade do crédito fiscal na forma do art.151, inciso V do Código Tributário Nacional. Foi notado pela EMAE que o IPTU do imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, bairro Pedreira, São Paulo - SP estava com valor expressivamente maior, requerendo junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo, a revisão da cobrança.

9. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Classificam-se nesta rubrica os Ativos não circulantes de propriedade da EMAE que serão alienados por meio de processo licitatório em 2023. Em 2022 a Companhia, com base em Laudos de instituições certificadas, registrou a valor justo, dois imóveis, terreno Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta, e Bota- Fora 14 ambos classificados inicialmente como propriedades para investimento sendo realocados posteriormente como Ativo não circulante mantido para a venda após deliberação em reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação de ambos através de processo licitatório.

Em 30 de junho de 2023 os seguintes imóveis compõe rubrica:

- (a) Edifício localizado à Rua Augusta, 1.626 - São Paulo/SP

Por meio do Decreto Estadual n.º 66.983, de 20 de julho de 2022, a Fazenda do Estado de São Paulo foi autorizada a realizar permuta de edifício de sua propriedade localizado à Rua Augusta, nº 1626, São Paulo/SP, avaliado em R\$ 82.461, com terreno de propriedade da EMAE, com área de 71.523,70 m², inserido no Parque Estadual Villa Lobos, situado na Avenida Dra. Ruth Cardoso, altura do nº 4.800, também no município de São Paulo - SP, avaliado em R\$ 94.770. Coube à EMAE receber à vista a torna resultante da diferença

Notas Explicativas

entre o valor dos imóveis equivalente a R\$ 12.309, na oportunidade do registro da escritura. Este evento foi objeto de Comunicado ao Mercado em 21 de julho de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2022 foi autorizada sua alienação mediante licitação pública.

(b) Terrenos - Zuccolo (antigo bota-fora 14)

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022 foi autorizada sua alienação mediante licitação pública.

Cabe destacar que para fins de fiscais, os valores das vendas serão realizados conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º. do Regulamento do Imposto de Renda e, para fins societários, será aplicado o disposto no item 62 do NBC TG (R4) nº 28 - Propriedade para Investimento.

10. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão remunerados e/ou ressarcidos por meio da RAG conforme Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET - submódulo 12.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado						Saldo em 30.06.23
	Saldo em 31.12.22	Adições (a)	Transferência	Crédito Pis/Cofins	Compensação (b)	Amortização (c)	
Circulante							
Ativo financeiro.....	12.394	-	7.199	-	-	(6.078)	13.515
	12.394	-	7.199	-	-	(6.078)	13.515
Não circulante							
Adiantamento a fornecedores.	22.011	12.156	-	-	(4.766)	-	29.401
Ativo financeiro.....	235.485	26.276	(7.199)	(4.093)	-	-	250.469
	257.496	38.432	(7.199)	(4.093)	(4.766)	-	279.870
TOTAL	269.890	38.432	-	(4.093)	(4.766)	(6.078)	293.385

- As adições do período referem-se a investimentos realizados nas usinas cotistas que aumentem a vida útil das unidades e em melhorias que trarão maior eficiência na produção energética.
- Corresponde à compensação de adiantamentos realizados em razão do recebimento dos bens.
- Amortização dos investimentos realizados (Nota 18).

Notas Explicativas

11. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Este termo refere-se aos bens reversíveis das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, que não estavam amortizados ou depreciados em 31 de dezembro de 2012 e que, em virtude da prorrogação da concessão no âmbito do regime de cotas, deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, de acordo com o artigo 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, conforme alterada.

Atendendo ao requerido no Decreto, em 26 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu ofício à ANEEL, manifestando interesse em receber a devida indenização. Em agosto de 2021, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 942/21, a EMAE ratificou essa manifestação de interesse e em julho de 2022 encaminhou à ANEEL o relatório detalhado de avaliação de bens para fins de indenização, conforme comunicado pela Companhia em 25 de julho de 2022, pelo valor histórico de R\$ 346,6 milhões.

O relatório encaminhado demonstra que não há razão para redução da estimativa original de valor recuperável junto ao poder concedente. No entanto, a ANEEL poderá homologar valor de indenização diferente do pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e caso aplicável, realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 30 de junho de 2023 é de R\$ 195,4 milhões.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.23	31.12.22	30.06.23	31.12.22
Pirapora Energia S.A (a).....	163.249	162.424	-	-
Áreas adjacentes - Usina São Paulo (b)..	130.762	130.762	130.762	130.762
Total.....	294.011	293.186	130.762	130.762

(a) A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	30.06.23	31.12.22
Ativo.....	164.661	164.137
Passivo.....	1.412	1.713
Patrimônio Líquido.....	163.249	162.424
	2023	2022
Lucro do período.....	13.356	11.903

Notas Explicativas

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2023 houve as seguintes movimentações:

	Controlada
Saldo em 31.12.2022.....	162.424
Dividendo adicional aprovado em AGO.....	(12.531)
Resultado de equivalência patrimonial.....	13.356
Saldo em 30.06.2023.....	<u>163.249</u>

(b) Propriedades para Investimento

São propriedades mantidas pela Companhia para auferir aluguel ou para valorização do capital, compostas de terrenos e edifícios não vinculados à atividade principal da Companhia.

Ajuste a valor justo

Até 30 de junho 2022, os bens classificados como propriedades para investimento estavam reconhecidos a custo histórico. A partir do 3º trimestre de 2022, a Companhia, com base em Laudo de instituição certificada, registrou a valor justo, por ocasião da transferência para propriedades para investimentos, os imóveis denominados espaços A e C subjacentes a Usina São Paulo, com a correspondente contrapartida na conta Ajustes de Elementos do Ativo, no patrimônio líquido. Para fins de impostos, o valor dessa mais valia será realizado conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º. do Regulamento do Imposto de Renda. Para fins societários em caso de alienação do bem recebido em permuta será aplicado o disposto no item 62 do CPC 28 - Propriedade para Investimento.

Notas Explicativas

13. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30 de junho de 2023 e 2022 está representada por:

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.22	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 30.06.23
Controladora						
Em serviço						
Terrenos.....		4.954	-	-	-	4.954
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias..	2,0%	753	-	-	(32)	721
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	4.483	-	-	(497)	3.986
Veículos.....	14,3%	399	-	-	(78)	321
Móveis e Utensílios.....	6,3%	298	-	-	(15)	283
Subtotal.....		10.887	-	-	(622)	10.265
Em curso.....		69.688	20	10	-	69.718
Total Controladora.....		80.575	20	10	(622)	79.983
Consolidado						
Em serviço						
Terrenos.....		4.954	-	-	-	4.954
Reservatórios, Barragens e Aduoras.....	2,1%	43.796	-	510	(536)	43.770
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias..	2,0%	46.244	-	1.644	(593)	47.295
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	59.406	9	2.041	(1.614)	59.842
Veículos.....	14,3%	399	-	-	(78)	321
Móveis e Utensílios.....	6,3%	299	-	-	(15)	284
Subtotal.....		155.098	9	4.195	(2.836)	156.466
Em curso.....		69.688	417	(4.185)	-	65.920
Total Consolidado.....		224.786	426	10	(2.836)	222.386
Controladora						
Em serviço						
Terrenos.....		5.060	-	-	-	5.060
Reservatórios, Barragens e Aduoras.....	1,0%	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias..	2,0%	817	-	-	(32)	785
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	2.724	-	-	(302)	2.422
Veículos.....	14,3%	526	-	-	(77)	449
Móveis e Utensílios.....	6,3%	287	-	-	(13)	274
Subtotal.....		9.414	-	-	(424)	8.990
Em curso.....		69.349	483	-	-	69.832
Total Controladora.....		78.763	483	-	(424)	78.822
Consolidado						
Em serviço						
Terrenos.....		5.060	-	-	-	5.060
Reservatórios, Barragens e Aduoras.....	2,1%	44.078	-	-	(511)	43.567
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias..	2,0%	47.375	-	-	(565)	46.810
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	59.556	-	-	(1.345)	58.211
Veículos.....	14,3%	526	-	-	(77)	449
Móveis e Utensílios.....	6,3%	288	-	-	(13)	275
Subtotal.....		156.883	-	-	(2.511)	154.372
Em curso.....		69.349	624	-	-	69.973
Total Consolidado.....		226.232	624	-	(2.511)	224.345

- Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:

Notas Explicativas

Durante o 2º trimestre de 2023 e 2022 a administração da Companhia não identificou a necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável em seu imobilizado.

14. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS

	Controladora e Consolidado	
	30.06.23	31.12.22
Provisão de férias e encargos.....	11.918	11.711
PLR e Bonus.....	-	4.789
	11.918	16.500

15. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A EMAE patrocina dois planos de previdência complementar de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Os planos, denominados PSAP/EMAE e EMAE-CD, são administrados pela VIVEST, entidade fechada de previdência privada. O PSAP/EMAE possui características de benefício definido e foi fechado para novas adesões desde 2018. Em contrapartida, o EMAE-CD, inaugurado no mesmo ano, possui características de contribuição definida e não oferece risco atuarial.

Anualmente, os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano PSAP/EMAE, incluindo contribuições, custos, passivos e ativos, são calculados por atuário independente considerando a mesma data base do encerramento do exercício, e registrados em conformidade com o CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de benefício definido representa o valor presente da obrigação do PSAP/EMAE, descontado pelo valor justo dos ativos do plano. Quaisquer ganhos ou perdas atuariais são diretamente registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

A avaliação atuarial do PSAP/EMAE é realizada considerando as características de cada um dos três subplanos, a saber:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS;
- Benefício definido (BD), e
- Contribuição Variável (CV).

A criação dos subplanos do PSAP/EMAE remonta a 1997, quando o plano oferecido aos empregados e aposentados da época foi saldado. Esses subplanos apresentam as seguintes características:

a) Plano saldado BSPS – vigente até 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa ao Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tem como base a cobertura da média salarial à época, corrigida pela proporção do direito adquirido até a data do saldamento. A EMAE é integralmente responsável pelas eventuais insuficiências atuariais apuradas no BSPS.

Notas Explicativas

b) Plano BD – iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial dos 36 meses anteriores ao início do benefício. Conforme regulamentação vigente, a EMAE é responsável pela cobertura de 50% de eventuais insuficiências atuariais apuradas no BD.

c) Plano CV – iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de suplementação adicional que tem como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da escolha do participante considerando as modalidades de renda: (i) calculada por percentual do saldo de conta, (ii) renda por tempo determinado ou (iii) renda vitalícia com características de benefício definido.

O saldo da conta de aposentadoria total inclui aportes individuais e aportes da patrocinadora, ficando esta responsável, no caso da opção pelo benefício definido (iii), por equalizar somente os eventuais déficits atuarias relativos aos seus aportes.

Troca do índice de reajuste do PSAP/EMAE

Além do fechamento do PSAP/EMAE para novas adesões em 2018, a EMAE, por meio da VIVEST, solicitou à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC a mudança do indexador de reajuste dos benefícios do plano, passando do IGP-DI para IPCA. O pedido foi atendido em abril de 2021 por meio da Portaria nº 201, o que permitiu a mudança do indexador do plano para IPCA a partir de maio de 2021. Essa ação mitigou um importante risco de descasamento entre a correção de ativos e passivos do PSAP/EMAE.

Em 30 de junho de 2023, o valor das obrigações de benefício pós-emprego relativos à previdência complementar administrado pela Vivest correspondiam a R\$ 292.300, que ajustados pela avaliação atuarial independente, conforme CPC 33 (R1) resulta em saldo de R\$ 299.492.

		Controladora e Consolidado			
		30.06.23		31.12.22	
Credor	Objeto	Circulante	Não Circulante	Total	Total
VIVEST	- Fundos de Pensão	60.678	331.359	392.037	399.229
	- Ajuste CPC 33 (R1) (IAS 19).	-	(99.737)	(99.737)	(99.737)
		60.678	231.622	292.300	299.492

Para efeito de avaliação atuarial, a EMAE adota revisões anuais.

Notas Explicativas**16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS****16.1 CONTINGÊNCIAS - POSSIBILIDADE DE PERDA PROVÁVEL**

	Controladora e Consolidado				
	31.12.22	30.06.23			Saldo
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade (a)....	40.659	2.643	-	-	43.302
Diversas (b).....	22.499	9.900	(2.515)	(6.415)	23.469
	63.158	12.543	(2.515)	(6.415)	66.771
Cíveis (c).....	45.589	3.292	-	-	48.881
Tributárias (d).....	5.822	21	(1.414)	-	4.429
Ambiental (e).....	5.954	414	-	-	6.368
Administrativo.....	10	89	-	-	99
	120.533	16.359	(3.929)	(6.415)	126.548

A) Periculosidade

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando o pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos quadros da Companhia. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

B) Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados que requerem em geral o pagamento de equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

C) Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo mais relevante o processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., que pleiteia o direito de não optar pelo chamado "alívio de exposição" relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite o provimento ao recurso de apelação da AES Sul, ao qual foram opostos pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

Notas Explicativas

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 30 de junho 2023 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 42.961 (R\$ 40.512 em 31 de dezembro de 2022).

D) Tributário

Trata-se de Ação anulatória de débito fiscal com pedido de Tutela de Urgência, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, na forma do art.151. inciso V, do Código Tributário Nacional. Foi notado que o IPTU do Imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira - São Paulo estava com valor expressivamente maior, requerendo junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo, a revisão da cobrança, ocasião em que foi orientado pelo Município que a Companhia efetuasse o pedido por meio de processo eletrônico via site. Em 30 de junho de 2023 o valor do processo corresponde a R\$ 4.408.

E) Ambiental

O Processo de maior relevância refere-se à Ação Civil Pública de 2015 proposta com o objetivo de responsabilizar a EMAE pela mortandade de peixes no Rio Tietê e Córrego do Ajudante na cidade de Salto em decorrência de descarga realizada nas barragens de Pirapora, Rasgão e Porto Góes, que teriam provocado o descolamento dos sedimentos depositados no fundo dos barramentos. O valor contabilizado em 30 de junho de 2023 corresponde a R\$ 6.282.

16.2 CONTINGÊNCIAS - PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

As contingências em 30 de junho de 2023, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	30.06.23	31.12.22
Administrativo.....	4 65	295
Ambiental	4.995	14 3.400
Cível.....	2.320	1.726
Trabalhista.....	9.368	5.585
Tributário.....	78.081	57.697
	95.229	208.703

a) Administrativo

Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar requerendo a nomeação do impetrante para cargo de praticante de operador de usina e anulação de ato administrativo que determinou sua eliminação. O valor da causa em 30 de junho de 2023 remonta o valor de R\$ 255.

Notas Explicativas

b) Ambiental

O principal processo ambiental classificado como perda possível em 30 de junho de 2023, se refere a Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública de SP no ano de 2010 em face do DAEE, EMAE, SABESP e Estado de São Paulo, por supostos problemas sociais advindos de inundação no Jardim Pantanal, na Zona Leste de São Paulo. No mérito, foi demonstrado que a responsabilidade pelos supostos danos materiais e morais coletivos é do poder público, e não da EMAE, não tendo sido demonstrado nexos causal entre suas atividades e a inundação do Jardim Pantanal. Em maio de 2018 o MPSP requereu a designação de audiência com as partes para tentativa de conciliação. Em seguida, a EMAE se manifestou no sentido de que não se opunha à realização da audiência, contudo, não havia proposta de acordo, uma vez que não é responsável pelo dano, reiterando o pedido de exclusão da lide. Em 30 de junho de 2023 o valor do processo corresponde a R\$ 4.189.

Em 31 de dezembro de 2022, estava apresentado como probabilidade de perda possível processo no valor de R\$ 138.699 referente à obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função da composição amigável entre a EMAE e o Ministério Público, até então litigantes, em 27 de junho de 2007, objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado tornasse possível a implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m³/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Contudo, em 12 de abril de 2012 o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no montante de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior. Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido e atendido pela EMAE.

Durante o 1º trimestre de 2023, após decisão judicial que concordou com pedido de arquivamento pleiteado pela Companhia, o processo foi reclassificado para a probabilidade de perda remota.

c) Cível

Trata-se de ação de indenização por perdas e danos morais e materiais cumulada com obrigação de fazer e não fazer proposta pela autora, proprietária do imóvel em apreço. A autora alega a construção irregular e desautorizada de um aterro realizado pelo Município de Rio Grande da Serra, fato que ocasionou no acúmulo de terra e desnivelamento do terreno, impedindo a vazão das águas ali em curso. O valor do processo em 30 de junho de 2023 corresponde a R\$ 444.

d) Tributário

Processos de execução fiscal em que a Prefeitura do Município de Cubatão cobra o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, constante da Certidão de Dívida Ativa que instruiu o processo em questão, decorrente dos exercícios de 2014 até 2021 referentes à imóvel de propriedade da Eletropaulo, apontando os demais executados como

Notas Explicativas

corresponsáveis. O valor dos dois processos em 30 de junho 2023 corresponde a R\$ 36.861.

17. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	Controladora e Consolidado					30.06.23
	31.12.22	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.	1.801	900	167	(167)	(900)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.	5.399	(900)	-	-	-	4.499

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES - INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Corresponde à provisão para realização de investimentos nas usinas cotistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo Proret 12.1 - Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, estando em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores provisionados são contabilizados de acordo com o Plano de Investimentos e apresentam as seguintes movimentações no período:

	Controladora e Consolidado				
	31.12.22		30.06.23		
	Ativo financeiro indenizável	Movimento do período	Ativo financeiro indenizável	Outras obrigações	
			Circulante	Não circulante	
Investimentos totais realizados.....	273.323	26.276	299.599	-	-
Adiantamento a fornecedores (a).....	22.012	7.390	29.402	-	-
Provisão - Investimentos na Concessão (b)	-	-	-	13.724	430.463
Amortização acumulada.....	(25.445)	(6.078)	(31.523)	-	(31.523)
Créditos de Pis e Cofins.....	-	(4.093)	(4.093)	-	-
Total.....	269.890	23.495	293.385	13.724	398.940

(a) Adiantamento à fornecedores referentes a aquisições ainda não recebidas

(b) Provisão acumulada ajustada pela melhor estimativa

Notas Explicativas

A partir da vigência do 2º Aditivo ao Contrato de Concessão em 1º de janeiro de 2013, ou seja, com o início da operação das usinas no regime de cotas até 30 de junho de 2023 a Companhia investiu na concessão o montante de R\$ 295,3 milhões, buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética. Conforme estabelecido em lei, o valor já investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão, pois os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos, produzirão retorno (fluxos de caixa) até janeiro de 2043.

19. OUTRA OBRIGAÇÃO - COMGÁS

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (city gate), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIG, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Durante o período vindo em 30 de junho 2023 a Companhia contabilizou como receita o montante de R\$ 313 no Resultado da Companhia.

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora e Consolidado	
	30.06.23	31.12.22
Depósitos Judiciais.....	5.306	3.911
Agrupamento de ações.....	592	592
Seguros a pagar.....	389	590
	6.287	5.093

O passivo de depósitos judiciais se refere a ações trabalhistas já finalizadas e com depósito judicial ainda não liberado em favor da contraparte.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

21.1 ATIVO FINANCEIRO - ACORDO SABESP

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas, incluindo anuência da ANEEL, e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos de administração da EMAE e da SABESP, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Notas Explicativas

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254 a título indenizatório; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas de R\$ 6.610, a título de compensação de despesas, ambos corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Em 30 de junho, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 100.610, dos quais R\$ 91.755 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

	Controladora e Consolidado			Saldo 30.06.23
	Saldo 31.12.22	Transferências	Encargos Financeiros	
ATIVO				
Circulante				
Sabesp.....	13.194	-		13.194
Ajuste a valor presente.....	(4.871)	(1.900)	2.432	(4.339)
	8.323	(1.900)	2.432	8.855
Não Circulante				
Sabesp.....	14 2.572	-	3.605	14 6.177
Ajuste a valor presente.....	(56.322)	1.900		(54.422)
	86.250	1.900	3.605	91.755
	94.573	-	6.037	100.610

21.2 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ENTRE EMAE E PIRAPORA

Em 2020, com prévia anuência da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a EMAE firmou junto à sua controlada - Pirapora Energia S.A, Convênio para o compartilhamento dos custos de pessoal. Durante o 1º semestre de 2023 e 2022 a EMAE reconheceu o ressarcimento das despesas de pessoal no valor de R\$ 1.232 e R\$ 884, respectivamente.

21.3 CONVÊNIO SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio de cooperação técnico-operacional com a então Secretaria de Estado de Energia e Mineração SEEM, atual Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística- SEMIL, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. O valor estimado do contrato foi de R\$ 3.324 com

Notas Explicativas

vigência de 18 (dezoito) meses. Em 30 de junho de 2023 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 529, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

21.4 CESSÃO DE EMPREGADOS

Refere-se à cessão de empregados da EMAE, mediante ressarcimento junto às atuais Secretaria de Comunicação, Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 30 de junho de 2023, o saldo a receber é de R\$ 1.404, vide Nota 6, alínea c.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo..	14.353.442	97,61	50.981	0,23	14.404.423	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
Outros.....	1.096	-	7.774.400	34,95	7.775.496	21,04
TOTAL.....	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante o período findo em 30 de junho de 2023 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à: **a)** prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; **b)** direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; **c)** direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e **d)** direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

Notas Explicativas

22.2 LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	1S 23	1S 22	2T 23	2T 22
Lucro líquido do período.....	R\$ 56.730	R\$ 55.408	R\$ 37.848	R\$ 29.626
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais...	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084	36.947.084	36.947.084
Lucro por ação básico e diluído				
Ação Preferencial.....	R\$ 1,59310	R\$ 1,55596	R\$ 1,06285	R\$ 0,83195
Ação Ordinária.....	R\$ 1,44827	R\$ 1,41451	R\$ 0,96623	R\$ 0,75632

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial de diluição.

Notas Explicativas

23. RECEITA LÍQUIDA**23.1 CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA****No trimestre**

	Controladora		Consolidado	
	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 23.2).....	130.044	115.451	130.044	115.451
Suprimento de energia - leilão (Nota 23.2).....	-	-	10.792	10.138
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 23.2).....	2	1	58	42
Renda da prestação de serviços (Nota 23.3).....	3.441	3.090	3.441	3.090
Outras receitas.....	710	580	744	580
Receitas relativas à const. de ativos da concessão (Nota 10)...	14.674	3.942	14.674	3.942
	148.871	123.064	159.753	133.243
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(15.835)	(14.818)	(16.161)	(15.123)
PIS sobre receitas operacionais.....	(3.438)	(3.217)	(3.509)	(3.283)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(173)	(160)	(173)	(160)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.156)	(1.025)	(1.156)	(1.025)
	(20.602)	(19.220)	(20.999)	(19.591)
RECEITA LÍQUIDA.....	128.269	103.844	138.754	113.652

No acumulado

	Controladora		Consolidado	
	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 23.2).....	254.423	223.197	254.423	223.197
Suprimento de energia - leilão (Nota 23.2).....	-	-	22.181	20.400
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 23.2).....	2	3	196	186
Renda da prestação de serviços (Nota 23.3).....	6.037	5.346	6.037	5.346
Outras receitas.....	1.598	1.408	1.632	1.408
Receitas relativas à const. de ativos da concessão (Nota 10)...	26.288	26.194	26.288	26.194
	288.348	256.148	310.757	276.731
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(25.553)	(23.248)	(26.225)	(23.865)
PIS sobre receitas operacionais.....	(5.548)	(5.047)	(5.694)	(5.181)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(302)	(285)	(302)	(285)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(2.230)	(1.974)	(2.230)	(1.974)
	(33.633)	(30.554)	(34.451)	(31.305)
RECEITA LÍQUIDA.....	254.715	225.594	276.306	245.426

Notas Explicativas

23.2 ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA

No trimestre

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2T 23	2T 22						
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	134.615	161.887	130.044	115.451	134.615	161.887	130.044	115.451
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	44.981	31.530	10.792	10.138
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	2	1	-	-	58	42
Total.....	134.615	161.887	130.046	115.452	179.596	193.417	140.894	125.631

No acumulado

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	1S 23	1S 22						
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	769.356	424.320	254.423	223.197	769.356	424.320	254.423	223.197
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	67.308	52.003	22.181	20.400
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	2	3	-	-	196	186
Total.....	769.356	424.320	254.425	223.200	836.664	476.323	276.800	243.783

a) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1.

b) Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;

c) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

Notas Explicativas

23.3 RENDAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

No trimestre

	Controladora e Consolidado	
	2T 23	2T 22
Petrobras (UTE's) (a).....	2.693	2.468
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b).....	748	622
	3.441	3.090

No acumulado

	Controladora e Consolidado	
	1S 23	1S 22
Petrobras (UTE's) (a).....	4.304	4.086
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b).....	1.733	1.260
	6.037	5.346

(a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras para a prestação dos serviços de operação das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga.

(b) Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.

24. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

24.1 Controladora

No trimestre

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22
Encargos de uso da rede elétrica.....	(12.818)	(10.467)	-	-	-	-	(12.818)	(10.467)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(846)	(949)	-	-	-	-	(846)	(949)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(395)	(355)	-	-	(395)	(355)
Pessoal.....	(19.570)	(14.137)	(5.482)	(8.144)	-	-	(25.052)	(22.281)
Administradores.....	-	-	(1.564)	(980)	-	-	(1.564)	(980)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 15).....	(10.286)	(14.222)	-	-	-	-	(10.286)	(14.222)
Material.....	(746)	(787)	(752)	(593)	-	-	(1.498)	(1.380)
Serviço de terceiros.....	(12.959)	(16.333)	(7.564)	(7.299)	-	-	(20.523)	(23.632)
Depreciação/amortização.....	-	-	(643)	(390)	-	-	(643)	(390)
Aluguéis.....	-	-	(1.691)	(1.448)	-	-	(1.691)	(1.448)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16).....	(6.579)	(4.667)	-	-	-	-	(6.579)	(4.667)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 18).....	(23.591)	(24.674)	-	-	-	-	(23.591)	(24.674)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	1	-	-	-	1	-
(-) Créditos PIS/COFINS.....	2.461	2.225	-	-	-	-	2.461	2.225
IPTU.....	(2.884)	(266)	-	-	-	-	(2.884)	(266)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 10).....	(14.674)	(3.942)	-	-	-	-	(14.674)	(3.942)
Seguros.....	(1.817)	(615)	-	-	-	-	(1.817)	(615)
Condomínio.....	-	-	(271)	(240)	-	-	(271)	(240)
Doações (a).....	-	-	-	-	(500)	(213)	(500)	(213)
Patrocínios (b).....	-	-	-	-	(74)	(49)	(74)	(49)
Indenizações - desapropriações (c).....	-	-	-	-	23	-	23	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	-	47	-	47
Outras.....	(948)	692	-	-	-	(27)	(948)	665
Total.....	(105.257)	(88.142)	(18.361)	(19.449)	(551)	(242)	(124.169)	(107.833)

No acumulado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22
Encargos de uso da rede elétrica.....	(25.643)	(20.815)	-	-	-	-	(25.643)	(20.815)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(4.836)	(2.488)	-	-	-	-	(4.836)	(2.488)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(790)	(710)	-	-	(790)	(710)
Pessoal.....	(39.847)	(25.875)	(19.107)	(22.195)	-	-	(58.954)	(48.070)
Administradores.....	-	-	(2.622)	(1.819)	-	-	(2.622)	(1.819)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 15).....	(20.572)	(28.445)	-	-	-	-	(20.572)	(28.445)
Material.....	(1.280)	(1.609)	(1.404)	(1.264)	-	-	(2.684)	(2.873)
Serviço de terceiros.....	(28.668)	(30.769)	(14.530)	(13.659)	-	-	(43.198)	(44.428)
Depreciação/amortização.....	-	-	(1.288)	(781)	-	-	(1.288)	(781)
Aluguéis.....	-	-	(3.397)	(2.943)	-	-	(3.397)	(2.943)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16).....	(12.430)	(7.353)	-	-	-	-	(12.430)	(7.353)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 18).....	(47.182)	(49.347)	-	-	-	-	(47.182)	(49.347)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	4.998	4.037	-	-	-	-	4.998	4.037
IPTU.....	(6.348)	(4.945)	-	-	-	-	(6.348)	(4.945)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 10).....	(26.288)	(26.194)	-	-	-	-	(26.288)	(26.194)
Seguros.....	(3.835)	(865)	-	-	-	-	(3.835)	(865)
Condomínio.....	-	-	(510)	(466)	-	-	(510)	(466)
Doações (a).....	-	-	-	-	(500)	(463)	(500)	(463)
Patrocínios (b).....	-	-	-	-	(74)	(489)	(74)	(489)
Indenizações - desapropriações (c).....	-	-	-	-	23	41	23	41
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	751	-	751	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	-	96	-	96
Outras.....	(1.210)	(79)	-	-	-	(27)	(1.210)	(106)
Total.....	(213.141)	(194.747)	(43.648)	(43.837)	200	(842)	(256.589)	(239.426)

Consolidado

No trimestre

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22
GSF - Garantia física.....	(529)	(500)	-	-	-	-	(529)	(500)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(12.923)	(10.555)	-	-	-	-	(12.923)	(10.555)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(846)	(949)	-	-	-	-	(846)	(949)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(418)	(377)	-	-	(418)	(377)
Pessoal	(20.704)	(15.051)	(5.482)	(8.144)	-	-	(26.186)	(23.195)
Administradores.....	-	-	(1.564)	(980)	-	-	(1.564)	(980)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 15).....	(10.286)	(14.222)	-	-	-	-	(10.286)	(14.222)
Material.....	(843)	(809)	(752)	(593)	-	-	(1.595)	(1.402)
Serviço de terceiros.....	(14.098)	(17.160)	(7.564)	(7.299)	-	-	(21.662)	(24.459)
Depreciação/amortização	(1.129)	(1.064)	(643)	(390)	-	-	(1.772)	(1.454)
Aluguéis.....	-	-	(1.695)	(1.448)	-	-	(1.695)	(1.448)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16).....	(6.579)	(4.667)	-	-	-	-	(6.579)	(4.667)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 18).....	(23.591)	(24.674)	-	-	-	-	(23.591)	(24.674)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa..	-	-	1	-	-	-	1	-
(-) Créditos PIS/COFINS.....	2.461	2.225	-	-	-	-	2.461	2.225
IPTU.....	(2.884)	(266)	-	-	-	-	(2.884)	(266)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 10).....	(14.674)	(3.942)	-	-	-	-	(14.674)	(3.942)
Seguros.....	(1.943)	(714)	-	-	-	-	(1.943)	(714)
Condomínio.....	-	-	(271)	(240)	-	-	(271)	(240)
Doações (a).....	-	-	-	-	(500)	(213)	(500)	(213)
Patrocínios (b).....	-	-	-	-	(74)	(49)	(74)	(49)
Indenizações - desapropriações (c).....	-	-	-	-	23	-	23	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	-	47	-	47
Outras.....	(966)	674	-	-	-	(27)	(966)	647
Total.....	(109.534)	(91.674)	(18.388)	(19.471)	(551)	(242)	(128.473)	(111.387)

No acumulado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22
GSF - Garantia física.....	(1.053)	(995)	-	-	-	-	(1.053)	(995)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(25.853)	(20.990)	-	-	-	-	(25.853)	(20.990)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(4.836)	(2.488)	-	-	-	-	(4.836)	(2.488)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(837)	(753)	-	-	(837)	(753)
Pessoal	(4.2213)	(27.673)	(19.107)	(22.195)	-	-	(61.320)	(49.868)
Administradores.....	-	-	(2.622)	(1.819)	-	-	(2.622)	(1.819)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 15).....	(20.572)	(28.445)	-	-	-	-	(20.572)	(28.445)
Material.....	(1.463)	(1.705)	(1.404)	(1.264)	-	-	(2.867)	(2.969)
Serviço de terceiros.....	(30.681)	(33.252)	(14.530)	(13.659)	-	-	(45.211)	(46.911)
Depreciação/amortização	(2.252)	(2.128)	(1.288)	(781)	-	-	(3.540)	(2.909)
Aluguéis.....	-	-	(3.401)	(2.943)	-	-	(3.401)	(2.943)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 16).....	(12.430)	(7.353)	-	-	-	-	(12.430)	(7.353)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 18).....	(47.182)	(49.347)	-	-	-	-	(47.182)	(49.347)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	4.998	4.037	-	-	-	-	4.998	4.037
IPTU.....	(6.348)	(4.945)	-	-	-	-	(6.348)	(4.945)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 10).....	(26.288)	(26.194)	-	-	-	-	(26.288)	(26.194)
Seguros.....	(4.070)	(1.064)	-	-	-	-	(4.070)	(1.064)
Condomínio.....	-	-	(510)	(466)	-	-	(510)	(466)
Doações (a).....	-	-	-	-	(500)	(463)	(500)	(463)
Patrocínios (b).....	-	-	-	-	(74)	(489)	(74)	(489)
Indenizações - desapropriações (c).....	-	-	-	-	23	41	23	41
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	751	-	751	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	-	96	-	96
Outras.....	(1.245)	(109)	-	-	-	(27)	(1.245)	(136)
Total.....	(221.488)	(202.651)	(43.699)	(43.880)	200	(842)	(264.987)	(247.373)

- a) Referem-se a doações que possuem como contrapartida deduções fiscais relativas ao Imposto de Renda
- b) Correspondem a valores desembolsados relativos a patrocínios e doações filantrópicas
- c) Trata-se de recurso recebido pela desapropriação de imóvel da Companhia.

Notas Explicativas

25. RESULTADO FINANCEIRO

No trimestre

	Controladora		Consolidado	
	2T 23	2T 22	2T 23	2T 22
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	13.600	8.969	14.360	9.572
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 5)...	1.856	2.667	1.856	2.667
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 21.1).....	1.226	1.254	1.226	1.254
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(681)	(457)	(681)	(457)
Atualizações de Créditos Tributários.....	101	21	101	21
Outras.....	-	-	4	26
	16.102	12.454	16.866	13.083
Despesas				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(56)	(7)	(56)	(7)
Atualização Óleo combustível.....	-	(89)	-	(89)
Juros sobre RGR.....	(81)	(103)	(81)	(103)
Outras.....	-	1	-	-
	(137)	(198)	(137)	(199)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 5).....	(5.989)	15.542	(5.989)	15.542
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 21.1).....	1.200	2.918	1.200	2.918
Outras variações monetárias	972	(2.726)	972	(2.726)
	(3.817)	15.734	(3.817)	15.734
	12.148	27.990	12.912	28.618

No acumulado

	Controladora		Consolidado	
	1S 23	1S 22	1S 23	1S 22
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	27.142	16.366	28.497	17.308
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 5)...	3.671	5.275	3.671	5.275
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 21.1).....	2.431	2.487	2.431	2.487
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(1.382)	(847)	(1.382)	(847)
Atualizações de Créditos Tributários.....	268	189	268	189
Outras.....	-	294	36	323
	32.130	23.764	33.521	24.735
Despesas				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(704)	(12)	(704)	(12)
Atualização Óleo combustível.....	-	(344)	-	(344)
Juros sobre RGR.....	(167)	(211)	(167)	(211)
Outras.....	-	-	(77)	(1)
	(871)	(567)	(948)	(568)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 5).....	(1.225)	41.632	(1.225)	41.632
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 21.1).....	3.605	5.893	3.605	5.893
Outras variações monetárias	2.327	(2.198)	2.327	(2.198)
	4.707	45.327	4.707	45.327
	35.966	68.524	37.280	69.494

Notas Explicativas

26. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operações (a).....	09/05/2023	09/05/2024	40.000	392
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b).....	05/12/2022	05/12/2023	70.000	589
Seguro de Veículos - Caminhões (c).....	11/09/2022	11/09/2023	1.078	8
Seguro Riscos Operacionais PPEN (d).....	12/01/2023	12/01/2024	133.715	503
Seguro Empresarial - Condomínio (e).....	01/08/2022	01/08/2023	6.782	2
Seguro Aeronáutico Reta - Drone (f).....	19/01/2023	19/01/2024	515	1
Seguro Garantia Fiança Locatícia (g).....	12/04/2022	31/01/2026	6.676	123
Seguro Empresarial - Imóvel Rua Augusta (h).....	01/11/2022	01/11/2023	41.501	5
			300.267	1.623

- Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia a terceiros;
- Referem-se a proteção aos segurados contra eventuais processos judiciais por danos materiais e/ou morais causados de forma involuntária no exercício de suas atividades profissionais (Directors and officers);
- Refere-se à cobertura de Colisão Incêndio Roubo e Danos Materiais e Pessoais de 05 caminhões próprios da EMAE;
- Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora;
- Refere-se a seguro do condomínio;
- Refere-se ao seguro do drone de propriedade da companhia;
- Refere-se ao seguro fiança da sede administrativa; e
- Refere-se ao seguro contra incêndio, queda de raio, explosão e danos elétricos para imóvel localizado na Rua Augusta, 1626.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.06.23	31.12.22	30.06.23	31.12.22
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3).....	83	145	83	145
Aplicações financeiras (Nota 3).....	451.485	421.746	468.751	436.596
Revendedores (Nota 4).....	42.445	41.229	47.047	46.173
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 5).....	196.156	267.873	196.156	267.873
Outros créditos (Nota 6).....	4.223	2.231	3.855	1.601
Cauções e depósitos vinculados (Nota 8).....	49.399	45.635	49.399	45.635
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 21.1).....	100.610	94.573	100.610	94.573
Ativo financeiro indenizável (Nota 10).....	293.385	269.890	293.385	269.890
Ativo reversível da concessão (Nota 11).....	195.374	195.374	195.374	195.374
Fornecedores.....	12.089	9.633	12.604	10.124
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	7.065	10.532	7.065	10.532
Outras obrigações - Investimentos na concessão (Nota 18).....	412.664	371.561	412.664	371.561

Todos os Instrumentos Financeiros estão classificados como custo amortizado.

Notas Explicativas

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade principal da Companhia é geração de energia no regime de cotas, conforme estabelecido na lei 12.783/13, com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é produção independente de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

a. Riscos de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

i. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2023 a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

ii. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 4). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o

Notas Explicativas

fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 451.568 e R\$ 468.834, controladora e consolidado (R\$ 421.891 e R\$ 436.741, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2022), mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.23	31.12.22
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 5).....	196.156	267.873
Ativo financeiro indenizável (Nota 10).....	293.385	269.890
Ativo reversível da concessão (Nota 11).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 21.1).....	100.610	94.573
	785.525	827.710

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro é avaliado como baixo, pois depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobras) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não há registro de atrasos no recebimento dessas contas a receber.

O ativo financeiro indenizável refere-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores foram incorporados à Receita a partir da Revisão Tarifária de 2018.

O ativo reversível da concessão refere à indenização pelo Poder Concedente de ativos não integralmente depreciados ou amortizados na data de adesão ao regime de cotas. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como médio uma vez que estes valores estão sujeitos à fiscalização e eventual glosa. Este processo de validação está em curso.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

Notas Explicativas

iii. Exposição a riscos cambiais

Durante o período findado em 30 de junho de 2023, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

iv. Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada são efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas de 30 de junho de 2023, com CDI overnight de 13,65 % a.a.

	Saldo 30.06.23 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		13,65%	17,06%	20,48%
Controladora	451.485	61.628	77.023	92.464
Consolidado	468.751	63.985	79.969	96.000

	Saldo 30.06.23 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		13,65%	10,24%	6,83%
Controladora	451.485	61.628	46.232	30.836
Consolidado	468.751	63.985	48.000	32.016

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de junho de 2023, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

Notas Explicativas

	Saldo 30.06.23 Nota 5	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	-2,69%	6,38%	7,11%	7,85%
Arrendamento UTP	196.156	12.513	13.955	15.398

	Saldo 30.06.23 Nota 5	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	-2,69%	6,38%	5,64%	4,91%
Arrendamento UTP	196.156	12.513	11.071	9.629

Boletim focus de 17 de Julho de 2023

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de junho de 2023, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 30.06.23 Nota 21.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	4,95%	13,63%	14,97%	16,31%
SABESP	100.610	13.713	15.061	16.409

	Saldo 30.06.23 Nota 21.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	4,95%	13,63%	12,29%	10,95%
SABESP	100.610	13.713	12.364	11.016

Boletim focus de 17 de Julho de 2023

v. Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

Consolidado	Até de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	12.604	-	-	-	-	12.604
Dividendos/JSCP	7.065	-	-	-	-	7.065
Total	19.669	-	-	-	-	19.669

Notas Explicativas

b. Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100.

c. Risco de preço

A principal atividade da Companhia está exposta ao risco de variações de tarifa.

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê revisão tarifária a cada 5 anos e reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Nesse sentido, a receita paramétrica está sujeita a variações em função de:

- Revisão de parâmetros de despesas a cada 5 anos;
- Revisão do WACC regulatório que remunera os investimentos da concessão, e
- Impacto do desempenho apurado (disponibilidade e geração média).

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.068, de 12 de julho de 2022, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden.....	158.399	198.943	13.643	43.590	4.571	2.064	3.869	1.508	4.294	430.881
Porto Góes.....	4.206	5.258	323	703	-	-	168	40	108	10.806
Rasgão.....	3.643	3.849	286	591	-	78	138	32	87	8.704
	166.248	208.050	14.252	44.884	4.571	2.142	4.175	1.580	4.489	450.391

Notas Explicativas

d. Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

e. Risco de alteração na legislação tributária

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

f. Risco relacionado à integridade do empreendimento

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos (“barragens”) em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

i. Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, modificada pela Lei federal 14.066/2020 que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associadas aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classificação de Risco de Barragens

Classe “A” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial associado alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para

Notas Explicativas

manutenção das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.

Classe “B” - São barragens que apresentam categoria de risco médio ou baixo e dano potencial associado, alto, médio ou baixo e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.

Classe “C” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

A EMAE não possui barragens classificadas na classe de risco “A”.

g. Risco relacionado ao desenvolvimento de atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

h. Risco na gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

i. Risco na operação e manutenção das balsas - Reservatório Billings

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações

j. Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa nº 15 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD).

Notas Explicativas

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMAE para novas adesões e passou a oferecer aos novos entrantes apenas o Plano de Contribuição Definida, o EMAE CD. Adicionalmente, desde maio de 2021 o indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMAE passou a ser o IPCA, mitigando o descasamento entre ativos e passivos do plano.

29. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de concessão

Em 4 de dezembro de 2012 a EMAE celebrou com a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

b) Contrato de autorização

A Controlada Pirapora Energia S.A. é autorizada a explorar a PCH Pirapora como Produtor Independente de Energia Elétrica, pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1429/2008, com vigência de 30/12/2014 até 30/12/2044, conforme alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 10.972/2021.

c) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

30. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o período findo em 30 de junho de 2023, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			30.06.23
	31.12.22	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
Arrendamento UTP.....	(267.873)	74.163	(2.446)	(196.156)
Ativo financeiro indenizável.....	(269.890)	(33.667)	10.172	(293.385)
Investimentos.....	(293.186)	12.531	(13.356)	(294.011)
Imobilizado.....	(80.575)	(30)	622	(79.983)
Intangível.....	(13.819)	(1.936)	666	(15.089)

	Consolidado			30.06.23
	31.12.22	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
Arrendamento UTP.....	(267.873)	74.163	(2.446)	(196.156)
Ativo financeiro indenizável.....	(269.890)	(33.667)	10.172	(293.385)
Imobilizado.....	(224.786)	(435)	2.835	(222.386)
Intangível.....	(13.930)	(1.936)	705	(15.161)

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Revisão Tarifária ciclo 2023/2024

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.225, de 18 de julho de 2023, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, dos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1º de junho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A RAG (Receita Anual de Geração) 2023/2024 trouxe a segunda revisão tarifária aplicada às concessionárias geradoras em regime de cotas. .

A revisão homologada representa um aumento de aproximadamente 0,39 % em relação à RAG anterior.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21(R4) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (Iasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Ativo reversível da concessão

Destacamos a Nota Explicativa nº 11, na qual é mencionado que os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentavam na rubrica de ativo reversível da concessão, no Realizável a Longo Prazo – Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL), os quais foram mensurados pela companhia com base no valor residual. Esse montante ainda está em processo de homologação e será definido após a fiscalização e a determinação do “Valor Novo de Reposição – VNR” pela ANEEL. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativo não Circulante Destinado a Venda

Em 30 de junho de 2023 a Companhia apresenta na conta de ativo não circulante destinado para venda o montante de R\$ 238.228 mil, bem como na conta de Ajustes de Elementos do Ativo no Patrimônio Líquido no montante de R\$ 157.214 mil (Líquido de Imposto de renda e contribuição social diferidos) como contrapartida da operação. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, durante o exercício de 2022 a Companhia, com base em Laudos de instituições certificadas, registrou a valor justo dois imóveis, terreno Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta, e Terrenos Zuccolo (Bota-Fora 14) ambos classificados inicialmente como propriedades para investimento sendo realocados posteriormente como Ativo não circulante mantido para a venda após deliberação em reunião do Conselho de Administração, que autorizou suas alienações por meio de processo licitatório no decorrer do exercício de 2023. Até o momento não houve qualquer negociação ou acordo de venda ou em vias de ser assinado. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Independência

Também fornecemos aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente a nossa independência; incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Barueri, 26 de julho de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2023; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2023.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2023; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2023.